

# British Petroleum ainda não decidiu se

## fica no país

Americo Vermelho

Da Sucursal do Rio

A British Petroleum Mineração está aguardando a definição das leis complementares sobre a nacionalização do setor mineral para decidir seu futuro no Brasil. Dependendo da regulamentação que for aprovada, a empresa poderá deixar o país, segundo disse à Folha o inglês John Towar, 48, presidente da BP no Brasil.

O congresso Constituinte, na votação da Ordem Econômica da nova Carta, no último dia 29 de agosto, manteve, no artigo referente ao regime de propriedade do subsolo, o texto que já tinha sido aprovado em primeiro turno, no dia 28 de abril. Segundo a Constituição que vai ser promulgada, "a pesquisa, a lavra e o aproveitamento" dos recursos minerais "somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional".

Essa disposição obrigará que companhias como a British Petroleum procurem por sócios brasileiros e aceitem dividir seus negócios na condição de acionistas minoritários, se quiserem seguir explorando minérios no país.

Towar disse que a British Petroleum recebeu a nacionalização do setor mineral como um "recado" de que o país não precisa de investidores estrangeiros. Apesar do "desânimo" que, segundo ele, se abateu sobre a direção da empresa desde a segunda-feira passada, a BP ainda não decidiu o que fará daqui por diante. "Se ficarmos, vamos cumprir a lei e buscar um sócio brasileiro", afirmou o executivo.



John Towar, presidente da British Petroleum no Brasil, em seu escritório no Rio

Desde que a nacionalização foi apontada no primeiro turno de votação, a sede da British Petroleum no Rio de Janeiro — um edifício de nove andares, em Botafogo, zona sul — foi visitado por alguns empresários brasileiros que, vislumbrando a perspectiva de um bom negócio, foram apresentar propostas

de associação com a BP no campo mineral. As propostas não foram analisadas, segundo o presidente da multinacional.

A nacionalização do setor mineral, num momento em que a BP Mineração tem em mãos nada menos do que seiscentos alvarás de pesquisas — que somados ocupam uma área

de extensão equivalente a uma vez e meia o Estado do Alagoas — foi um golpe nos planos da empresa que, por princípio, sempre evitou sócios na atividade da pesquisa mineral.

A BP, que começou a operar no país em 1976, com os contratos de risco para prospecção de petróleo, vem de um primeiro nocaute: não teve um dólar de retorno para os US\$ 150 milhões que investiu nos contratos de risco. No setor mineral, o grupo afirma ter investido, até o momento, US\$ 189 milhões.

As atividades do grupo no Brasil estão representadas por duas subsidiárias integrais (nas quais tem 100% do capital), a BP Mineração e uma companhia de sondagem, a Serviços Técnicos Minerais (Seta). A empresa britânica tem também participação de 48% no capital da Mineração Santa Martha (os restantes 52% pertencem à Cobem, controlada pelos grupos Roberto Marinho e Monteiro Aranha), que explora ouro, cobre e prata no Estado do Mato Grosso. A BP detém ainda 49,5% do capital da Cesbra, segunda maior produtora de estanho no Brasil, na qual o grupo Brascan possui outros 49,5% do capital.

Na avaliação de John Towar, a nacionalização do setor mineral só afeta a BP Mineração. A Seta, por ser uma empresa de engenharia, não sofre alteração. A Santa Martha já é controlada majoritariamente por capital nacional. A Cesbra, por sua vez, é uma empresa que extrai e industrializa o estanho e, portanto, está inserida numa atividade em que a nova Constituição permitirá companhias atuando com predominância de capital estrangeiro.